**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**

 **EXERCÍCIO DE 2016**

****

**JAPARAIBA –MG**

**MARÇO DE 2017**

**PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**Rosilaine Urias Fernandes Rabelo..........CPF 004.789.736-83**

**CONTROLADOR INTERNO:**

**José Geraldo Rios.....................................CPF 397.399.026-34**

**INDICE**

1 – Apresentação.........................................................................................................4

2 – Introdução..............................................................................................................4

3 – Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.............................................................................................5

4 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária................................................................................................................7

5 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira....................................................................................................................15

6 – Avaliação dos resultados quando à eficiência e eficácia da gestão patrimonial..................................................................................................................20

7 – Análise do cumprimento dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar..........................................................................................................................29

8 – Análise do cumprimento dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal....................................................................................................... 29

9 – Despesas pagas de obrigações patrimoniais...................................................... 31

10 – Indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta depósitos, de valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com a avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante...........................................................................................................32

11 – Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.................................................................................................... 32

12 – Houve o cumprimento da parte da Câmara Municipal dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Município (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

 Assim também os balancetes mensais foram encaminhados por meio do SICOM ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme determina a Instrução Normativa 04/2016.................................................................................... 32

13 – Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial...................................................................... 33

14 – Conclusão......................................................................................................... 34

**1 – Apresentação:**

 Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, bem como na Lei Orgânica do Município, combinados com os arts. 75 a 80 da Lei 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2016.

 **2 –Introdução:**

 O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, financeira, de controle e patrimonial nos termos das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

 A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

 Nesses aspectos, procurou-se, durante o exercício de 2016, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e também garantindo a legitimidade dos processos.

 A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subseqüente todas a ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

**3 – Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias**:

 O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando, inclusive, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

 Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas pelo Poder Legislativo em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis e aos repasses financeiros realizados pelo Poder Executivo, os quais se efetivaram do modo esperado, sendo, portanto, suficientes para dar cumprimento ao PPA.

 Na avaliação do cumprimento das metas, correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar-se:

 - A meta atingida foi a meta proposta?

 - Não poderia gastar menos ao se realizar a ação?

 - A ação alcançou, de fato, os anseios da população?

 A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, sendo que, ao elaborar a LDO, selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA àqueles prioritários durante a execução do orçamento.

 Dessa forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, e que orientou a elaboração da LOA.

**3.1 - Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO:**

 Apresenta-se a seguir a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO:

 AVALIAÇAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS NA LDO

EXERCÍCIO DE 2016

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | AÇÕES/METAS PREVISTAS NO |  | META ATINGIDA? |  | VALOR |  |  |
|  |  | PPA E NA LDO |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  | SIM |  | NÃO |  | PARCIAL |  | PREVISTO |  | REALIZADO |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | (R$) |  | (R$) |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Investimentos em imóvel para uso do Legislativo Municipal |  |  |  |  X |  |  |  | 0,00 | 0,00 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Manut. Do Gabinete da Presidência e Mesa Diretora |  |   |  |  X |  |  440,017,00 |  301.532,11 |  |  |
|  |  | Manut. Da Divulgação e Publicidades Oficial |  |   |  |  x |  |   |  | 0,00 | 0,00 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Manut. De Despesas com Eventos e Festividades |  |  |  |  |  |   |  |  0,00 |  0,00 |  |  |
|  |  | Manut. Da Sede da Câmara |  |  |  |  X |  |  |  | 0,00 | 0,00 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Manut. Da Fiscalização Financeira e Orçamentária |  |  |  |  X |  |  |  0,00 |  0,00 |  |  |
|  |  | Manut. Da Assessoria Jurídica |  |   |  |  |  |  x |  |  66.662,00  |  51.139,29 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  x |  |  |  |  |  |
|  |  | Manut. Da Secretaria Executiva |  |   |  |  |  |  65.355,00 |  50.275,21 |  |  |
|  |  | Manut. do Setor de Finanças |  |  |  |  |  |  x |  | 65.360,00 | 55.195,03 |  |  |
|  | mmManut | Manut. Do Setor de Serviços Gerais |  |  |  |  |  x |  | 33.176,00 | 17.888,07 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Manut. Das atividades do Controle Interno |  |  |  |  |  |  x |  | 65.360,00 | 57.135,00 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | TOTAL |  |  |  |  |  |  |  | 735.930,00 |  533.164,71 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

 As ações previstas no PPA e na LDO foram em sua maioria cumpridas, conforme tabela acima. Depreende-se que muitas ações não foram realizadas em sua totalidade, mas foram suficientes para cumprir os resultados esperados.

 Importante mencionar que as ações executadas pela Câmara no exercício financeiro de 2016 foram voltadas principalmente à manutenção das atividades da entidade.

**4 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária:**

 A LDO configurou-se em nossa entidade como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de repasse financeiro de despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento das obrigações financeiras com nossos credores e servidores, mantendo a organização e funcionamento da Câmara.

**4.1 – Elaboração do Orçamento:**

 A LOA para o exercício financeiro de 2016, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 981 de 18/11/2015.

 Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Poder Legislativo e as providências para o seu equacionamento, combinadas, com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de repasses financeiros para o exercício.

 Com relação à estimativa de repasses financeiros, procurou-se estimar a arrecadação das receitas tributárias e das transferências constitucionais previstas para o exercício anterior, obtendo-se, assim, a projeção do valor máximo que poderia ser repassado pelo Poder Executivo Municipal.

 A fixação da despesa decorreu do fato de examinar:

 - as demandas internas existentes, conjugadas com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;

 - as metas previstas no PPA;

 - as metas e prioridades definidas na LDO;

 - a estimativa dos repasses financeiros previstos;

 - a legislação vigente.

 O repasse financeiro previsto para o exercício de 2016 foi estimado em R$ 735.930,00 (setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo:

 LEI ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO DE 2016

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | RECEITA PREVISTA POR | VALOR | DESPESA FIXADA |  | VALOR |
|  | CATEGORIA | (R$) | POR CATEGORIA |  | (R$) |
|  | Repasse Financeiro | 735.930,00 | Despesas Correntes |  | 662.337,00 |
|  |  |  | Despesas de Capital |  | 73.593,00 |
|  |  |  |  |  |  |
|  | TOTAL | 735.930,00 | TOTAL |  | 735.930,00 |

**4.2 – Execução do Orçamento:**

 A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e demais legislações pertinentes.

 Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, os quais serviram de base para a elaboração dos demonstrativos consolidados pelo Poder Executivo.

 Dessa forma e de maneira bem simples, atentou-se primeiramente para os repasses financeiros previstos e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Poder Legislativo.

 A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serrem distribuídos através das cotas.

 Nesses aspectos, a programação financeira foi elaborada mensalmente com base:

 - na previsão de repasses financeiros a serem efetuados pelo Poder Executivo;

 - Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;

 - Na experiência e no bom senso.

 Feita a programação dos repasses previstos, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal por meio de:

 - indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folhas de pagamento e encargos, energia, telefone, contratos, etc;

 - indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;

 - indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;

 - informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;

 - informações da área de pessoal;

 - previsão de pagamentos dos Restos a Pagar;

 - experiência e bom senso.

 Durante todo o exercício financeiro, realizou-se, principalmente, o acompanhamento dos repasses recebidos e da despesa realizada. Foi constatado que tanto os repasses quanto as despesas foram executadas a contento e não ocasionou nenhuma frustração.

**4.3 – Balanço Orçamentário:**

 Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra os repasses financeiros e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar, de forma global, o desempenho da entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

|  |
| --- |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS SALDO INICIAL ATUALIZADA REALIZADAS1. (b) (c) d=(c-b)

**Receitas Correntes (I**) 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita Tributária 0,00 0,00 0,00 0,00 Receitas de Contribuições 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 Transferências Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 |
| **Receitas de Capital (II)**  0,00 0,00 0,00 0,00 Operações de Crédito 0,00 0,00 0,00 0,00 Alienação de Bens 0,00 0,00 0,00 0,00 Amortização de Empréstimo 0,00 0,00 0,00 0,00 Transferências de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00**Recursos arrecadados em Ex. Anteriores** **(III)** 0,00 0,00 0,00 0,00**SUB TOTAL DAS (iv)=(I+II+III)** 0,00 0,00 0,00 0,00**Operações de Crédito/Refinanciamento (V)** 0,00 0,00 0,00 0,00  Operações de Crédito Internas 0,00 0,00 0,00 0,00 Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 Operações de Crédito Externas 0,00 0,00 0,00 0,00 Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00**SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI)=(IV+V)** 0,00 0,00 0,00 **Déficit (VII) 533.164,71****TOTAL (VIII)=(VI+VII)** 0,00 0,00 533.164,71 533.164,71SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Superávit Financeiro 0,00 0,00 Reabertura de Créditos Adicionais 0,00 0,00  |

|  |
| --- |
| **ODESPESAS ORÇAMENTÁRIAS Nota DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS SALDO DE DOTAÇÃO** (d) (e) (f) (g) (h) (i) = (e-f) **DESPESAS CORRENTES (IX) 662.337,00 662.337,00 526.190,40 522.286,79 522.286,79 136.146,60** PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 515.151,00 515.151,00 461.435,50 461.435,50 461.435,50 53.715,50 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 147.186,00 147.186,00 64.754,90 60.851,29 60.851,29 82.431,10 **DESPESAS DE CAPITAL (X) 73.593,00 73.593,00 6.974,31 6.974,31 6.974,31 66.618,69** INVESTIMENTOS 73.593,00 73.593,00 6.974,31 6.974,31 6.974,31 66.618,69 INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 **RESERVAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00**00,000,00,00,0000,0000,0**RESERVA DE RPPS (XII)**0,000,000,000,000,000,00**RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)****SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)****533.164,71****529.261,10****735.930,00****735.930,00****529.261,10****202.765,29****AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO)** **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA (XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00** DÍVIDA MOBILIÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 OUTRAS DÍVIDAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA (XV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00** DÍVIDA MOBILIÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 OUTRAS DÍVIDAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 **SUBTOTAL COM REFINANC. (XVI) = (XIII+XIV+XV)** **533.164,71****529.261,10****735.930,00****735.930,00****529.261,10****202.765,29** **Superávit (XVII) 0,00** **TOTAL (XVIII) = (XV + XVII) 735.930,00 735.930,00 533.164,71 529.261,10 529.261,10 202.765,29** |

Valores em R$

|  |
| --- |
|  **QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Exercício: 2016****Inscritos****Em 31 de** **Nota Em exercícios dezembro de Liquidados Pagos Cancelados Saldo****anteriores****2015** (a) (b) (c) (d) (e) (f)= (a+b-d-e)**Despesas Correntes** 0,00 680,00 680,00 680,00 0,00 0,00Pessoal e Encargos Sociais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00Juros e Encargos da Dívida 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00Outras Despesas Correntes 0,00 680,00 680,00 680,00 0,00 0,00**Despesas de Capital** 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00Investimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00Amortização da Dívida 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00**TOTAL** 0,00 680,00 680,00 680,00 0,00 0,00 |

|  |
| --- |
| **QUADRO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS****Exercício: 2016**  **Inscritos**  **Em exercícios Em 31 de Pagos Cancelados Saldo** **Anteriores dezembro de****2015**1. **(b) (c) (d) (e)=(a+b-c-d)**

**Despesas Correntes**  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Pessoal e Encargos Sociais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Juros e Encargos da Dívida 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00**Despesas de Capital**  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Investimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Amortização da Dívida 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 TOTAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  |

 O valor dos repasses previstos para o exercício de 2016 foi de R$ 735.930,00 (setecentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta reais) tendo sido efetivamente recebido este valor.

 A Câmara Municipal está mantendo o equilíbrio de suas contas, o que comprova que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. A intenção é manter os mesmos critérios de planejamento com o objetivo de assegurar a manutenção do equilíbrio das contas sem prejuízo da manutenção das atividades pertinentes ao Poder Legislativo, visando desta forma atender plenamente o parágrafo 1º do art. 1º da LRF.

**4.4 – Limite máximo das despesas do Poder Legislativo:**

LIMITE MÁXIMO DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO

EXERCÍCIO DE 2016

Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, ARRECADADAS em 2016.

( x ) Limite máximo de despesas de acordo com a população do Município

( = ) Valor máximo de despesas do Poder Legislativo em 2016

( - ) Valor das despesas realizadas pelo Poder Legislativo em 2015

( = ) Diferença a menor

Nota: O limite máximo das despesas do Poder Legislativo varia de acordo com a população do Município. No caso de Japaraíba é 7%, pois, a população do Município é de até cem mil habitantes.

 R$14.184.282,15

7%

R$ 992.899,75

R$ 533.164,71

R$ 459.735,04

 O Art. 29-A da Constituição Federal determina que “o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º do art. 153 e nos arts. 158 e159, efetivamente realizados no exercício anterior”.

 Em que pese à classificação das receitas orçamentárias, especialmente das receitas tributárias e das receitas de contribuições, contidas nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, é necessário observar que a doutrina e o Supremo Tribunal Federal consideram que a receita de contribuição é espécie de tributo, razão pela qual elas também devem compor a base de cálculo de repasses ao Poder Legislativo. Contudo, para evitar transtornos, não se incluiu tal receita na base de cálculo, mas é necessário que o Tribunal de Contas altere os seus sistemas de apuração e que o corpo técnico seja instruído de forma que seu entendimento seja compatível com o do Supremo Tribunal Federal.

 Contudo, feitas as pertinentes considerações, esclarece-se que o Poder Legislativo atendeu o limite máximo de **7% (sete por cento)** de suas despesas em relação à Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, efetivamente arrecadadas em 2016, conforme critério adotado pelo Tribunal de Contas.

**4.5 – Créditos Adicionais:**

 Os Créditos Adicionais Suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, foram abertos em conformidade com o que prescreve o Art. 40 da Lei nº 4.320/64 e Art. 167 inciso V da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os Créditos Suplementares atingiram o valor de Cr$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

**4.6 – Reserva de Contingência:**

No orçamento da Câmara para o exercício de 2016 não foi prevista dotação para a reserva de contingência, tendo em vista as peculiaridades do orçamento do Poder Legislativo.

**5 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira:**

 O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior o os que se transferem para o exercício seguinte.

 Em síntese, a execução financeira no exercício de 2016 assim se processou:

 **BALANÇO FINANCEIRO – DEZEMBRO 2016**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS**Nota | 2016 |  | 2015 |
| **Receita Orçamentária (I)** |  | 0,00 | 0,00 |
| **Ordinária** |  | 0,00 | 0,00 |
| **Vinculada** |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Educação |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Saúde |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Seguridade Social |  | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações de Recursos |  | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências Financeiras Recebidas (II)** |  | 735.930,00 | 762.730,00 |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária |  | 735.930,00 | 762.730,00 |
| Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária |  | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Recebidas Para Cobertura do Financeiro do RPPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Recebidas Para Cobertura do Financeiro do RGPS |  | 0,00 | 0,00 |
| **Recebimentos Extra Orçamentários (III)** |  | 77.946,06 | 66.845,64 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados |  | 3.903,61 | 680,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados |  | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 74.042,45 | 66.165,64 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários |  | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)** |  | 772,92 | 35,48 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 772,92 | 35,48 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** |  | 814.648,98 | 829.611,12 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISPÊNDIOS**Nota | 2016 |  | 2015 |
| **Despesa Orçamentária (VI)** |  | 533.164,71 | 489.503,41 |
| **Ordinária** |  | 533.164,71 | 489.503,41 |
| **Vinculada** |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Educação |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Saúde |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Seguridade Social |  | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações de Recursos |  | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências Financeiras Concedidas (VII)** |  | 199.364,81 | 275.693,21 |
| Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária |  | 199.364,81 | 275.693,21 |
| Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária |  | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Concedidas Para Cobertura do Financeiro do RPPS |  | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Concedidas Para Cobertura do Financeiro do RGPS |  | 0,00 | 0,00 |
| **Pagamentos Extra Orçamentários (VIII)** |  | 77.934,06 | 63.641,58 |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados |  | 680,00 | 841,14 |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados |  | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 77.254,06 | 62.800,44 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários |  | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)** |  | 4.185,40 | 772,92 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 4.185,40 | 772,92 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** |  | 814.648,98 | 829.611,12 |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **Exercício de 2016** | **Exercício de 201** | **5** |
| **Receita Orçamentária** | **Deduções da Receita****Orçamentária** | **Saldo** | **Receita Orçamentária** | **Deduções da Receita****Orçamentária** | **Saldo** |
| **(a)** | **(b)** | **(c) = (a - b)** | **(d)** | **(e)** | **(f) = (d - e)** |
| **Ordinária** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **4.904,53** | **4.904,53** | **0,00** |
| **Vinculada** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Recursos Vinculados à Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Seguridade Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações de Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **4.904,53** | **4.904,53** | **0,00** |

 Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

 - O novo formulário do Balanço Financeiro está adequado à IPC 06 – Instrução de Procedimento Contábil, editado pela STN;

 - Os repasses recebidos do Executivo Municipal foram registrados pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;

 - O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;

 - O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;

 - As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;

 - Foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram registradas como Receita Extra-orçamentária e o produto repassado à Prefeitura, bem como os rendimentos de aplicações financeiras cujos recursos foram aplicados somente em banco oficial, ou seja, na Caixa Econômica Federal, conforme determina o parágrafo 3º do artigo 164, da Constituição Federal;

 As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2016 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária, nos termos da IPC 06.

 O Balanço Financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

 Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso:

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO – 2016

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Meses |  | Repasses Financeiros Previstos (R$) |  | Repasses Financeiros Recebidos (R$) |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Janeiro | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Fevereiro | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Março | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Abril | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Maio | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Junho | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Julho | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Agosto | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Setembro | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Outubro | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Novembro | 61.327,50  | 58.021,39  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Dezembro | 61.327,50  | 97.694,71  |  |
| TOTAL | 735.930,00 | 735.930,00  |  |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL – 2016 |
|  |  |  |  |  |
| Meses |  |  | Despesa Prevista (R$) | Despesa Empenhada (R$) |
|  |  |  |  |  |
| Janeiro |  |  | 61.327,50 | 67.385,50 |
|  |  |  |  |  |
| Fevereiro |  |  | 61.327,50 | 46.518,24 |
|  |  |  |  |  |
| Março |  |  | 61.327,50 | 52.705,44 |
|  |  |  |  |  |
| Abril |  |  | 61.327,50 | 41.262,91 |
|  |  |  |  |  |
| Maio |  |  | 61.327,50 | 39.011,72 |
|  |  |  |  |  |
| Junho |  |  | 61.327,50 | 41.999,19 |
|  |  |  |  |  |
| Julho |  |  | 61.327,50 | 38.901,09 |
|  |  |  |  |  |
| Agosto |  |  | 61.327,50 | 42.925,54 |
|  |  |  |  |  |
| Setembro |  |  | 61.327,50 | 38.518,11 |
|  |  |  |  |  |
| Outubro |  |  | 61.327,50 | 43.769,52 |
|  |  |  |  |  |
| Novembro |  |  | 61.327,50 | 35.195,17 |
|  |  |  |  |  |
| Dezembro |  |  | 61.327,50 | 44.972,28 |
|  |  |  |  |  |
| TOTAL |  |  | 735.930,00 | 533.164,71 |
|  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   |  |  | CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO – 2016 |
|  |  |  |  |  |
| Meses |  |  | Pagamentos Previstos (R$) | Pagamentos Realizados (R$) |
|  |  |  |  |  |
| Janeiro |  | 61.327,50 | 30.792,46 |
| Fevereiro |  | 61.327,50  | 44.987,53  |
| Março |  | 61.327,50  | 43.505,15  |
| Abril |  | 61.327,50  | 47.207,55  |
|  Maio |  | 61.327,50  | 40.417,44  |
| Junho |  | 61.327,50  | 52.439,36  |
| Julho |  | 61.327,50  | 43.482,13  |
| Agosto  | 61.327,50  | 38.324,64 |
| Setembro | 61.327,50  | 47.144,34  |
| Outubro | 61.327,50  | 40.793,52  |
| Novembro | 61.327,50  | 41.372,22  |
| Dezembro | 61.327,50  | 62.698,37  |
| TOTAL |  | 735.930,00  |  | 533.164,71 |

**6 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial:**

 Resumidamente, assim apresentou-se o patrimônio da Câmara Municipal nos exercícios de 2015 e 2016:

**6.1 – Comparativo do Balanço Patrimonial:**

**Balanço Patrimonial - 2016**

**PERÍODO: até o mês de Dezembro**

 **Nota Exercício 2016 Exercício 2015**

**ATIVO**

**Ativo Circulante**

 Caixa e Equivalentes de Caixa 4.185,40 772,92

 Créditos a Curto Prazo 0,00 0,00

 Investimentos e Aplicações Temporárias a C.Prazo 0,00 0,00

 Estoques 0,00 0,00

 VPD Pagas Antecipadamente 0,00 0,00

**Ativo Não Circulante**

Realizável a Longo Prazo 0,00 0,00

 Créditos a Longo Prazo 0,00 0,00

 Investimentos Temporários a Longo Prazo 0,00 0,00

 Estoques 0,00 0,00

 VPD pagas antecipadamente 0,00 0,00

 Investimentos 0,00 0,00

 Imobilizado 393.454,90 386.480,59

 Intangível 0,00 0,00

 **Nota Exercício 2016 Exercício 2015**

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Passivo Circulante**

 Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a C. 0,00 0,00

 Empréstimos e Financiamentos a C. Prazo 0,00 0,00

 Fornecedores e Contas a Pagar a C. Prazo 0,00 0,00

 Obrigações Fiscais a Curto Prazo 0,00 0,00

 Obrigações de Repartições a Outros Entes 0,00 0,00

 Provisões a Curto Prazo 0,00 0,00

 Demais Obrigações a Curto Prazo 207,50 3.419,11

**Passivo Não Circulante**

 Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a L. 0,00 0,00

 Empréstimos e Financiamentos a L. Prazo 0,00 0,00

 Fornecedores e Contas a Pagar a L. Prazo 0,00 0,00

 Obrigações Fiscais a Longo Prazo 0,00 0,00

 Provisões a Longo Prazo 0,00 0,00

 Demais Obrigações a Curto Prazo 0,00 0,00

 Resultado Diferido 0,00 0,00

**Patrimônio Líquido**

 Patrimônio Social e Capital Social 0,00 0,00

 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 0,00 0,00

 Reservas de Capital 0,00 0,00

 Ajustes de Avaliação Patrimonial 0,00 0,00

 Reservas de Lucros 0,00 0,00

 Resultados Acumulados 397.432,80 383.834,40

 (-) Ações/Cotas em Tesouraria 0,00 0,00

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI Nº 4.320/64**

 **Nota Exercício 2016 Exercício 2015**

**ATIVO (I)**

 Ativo Financeiro 4.185,40 772,92

 Ativo Permanente 393.454,90 386.480,59

**PASSIVO (II)**

 Passivo Financeiro 4.111,11 4.099,11

 Passivo Permanente 0,00 0,00

**Saldo Patrimonial (I – II)** 393.529,19 383.154,40

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO – LEI Nº 4.320/64**

 **Nota Exercício 2016 Exercício 2015**

**ATOS POTENCIAIS ATIVOS**

 Garantias e Contra Garantias recebidas 0,00 0,00

 Direitos Conveniados e outros instrumentos Congêneres 0,00 0,00

 Direitos Contratuais 0,00 0,00

 Outros Atos Potenciais Ativos 0,00 0,00

TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS 0,00 0,00

**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**

 Garantias e Contra Garantias concedidas 0,00 0,00

 Obrigações Conveniados e/ou instrumentos Congêneres 0,00 0,00

 Obrigações Contratuais 0,00 0,00

 Outros Atos Potenciais Passivos 0,00 0,00

TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS 0,00 0,00

**QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

**FONTES DE RECURSOS**  **Nota Exercício 2016 Exercício 2015**

100 Recursos Ordinários do Exercício Corrente 0,00 (3.326,19)

100 Recursos Ordinários do Exercício Corrente 3.400,48 0,00

200 Recursos Ordinários do Exercício Anterior (3.326,19) 0,00

 TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS 74,29 (3.326,19)

 O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da Câmara Municipal no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades, dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial – Patrimônio Líquido.

 Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

**Ativo Circulante:**

 - Caixa – não constam valores em caixa (valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço financeiro e no Termo de Conferência dos Valores em Caixa em 31/12/2016;

 - Bancos – os saldos das contas bancárias conferem com os extratos devidamente conciliados em 31/12/2016;

 - Devedores Diversos – o saldo de devedores diversos confere com o valor dos créditos da Câmara com terceiros de curto prazo.

 **Ativo Não Circulante:**

 - Bens Móveis e Imóveis – os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2016, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que está sendo mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos Termos de Responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o Inventário Analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais;

 - Almoxarifado – o saldo dos bens em Almoxarifado confere com o Inventário dos Bens em Estoque de 31/12/2016 e que para evitar quaisquer tipos de desvios, é mantido de forma sistemática o controle de entradas e saídas de materiais, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física.

 **Passivo Circulante:**

 - Restos a Pagar de 2016 passam a compor a conta Fornecedores e outras no grupo de contas 2.1, sendo que seu tratamento passa a ser orçamentário e tem anexo específico no Balanço Orçamentário.

 - Restos a Pagar de exercícios anteriores – não houve restos a pagar nessas condições;

 - Consignações – os saldos das consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

 **Passivo Não Circulante:**

 - Não houve dívida em longo prazo, portanto, o Passivo Não Circulante não apresentou alterações.

 **Saldo Patrimonial:**

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva, apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário, apura-se o Passivo Real a Descoberto.

 Em 2016, apurou-se um Ativo Real Líquido no valor de **R$ 393.529,19 (trezentos e noventa e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e dezenove centavos)**.

**6.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Até o mês de Dezembro – 2016**

 **Nota 2016 2015**

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

**Impostos, taxas e contribuições de melhoria**

 Impostos 0,00 0,00

 Taxas 0,00 0,00

 Contribuições de Melhoria 0,00 0,00

**Contribuições**

 Contribuições Sociais 0,00 0,00

 Contribuições de intervenção no domínio econômico 0,00 0,00

 Contribuição de iluminação pública 0,00 0,00

 Contribuições de interesse das categorias profissionais 0,00 0,00

**Variações patrimoniais aumentativas financeiras**

 Remuneração de depósitos bancários e aplic. Financeiras 0,00 4.904,53

**Transferências e delegações recebidas**

 Transferências intragovernamentais 735.930,00 762.730,00

**Outras variações patrimoniais aumentativas**

 Diversas variações patrimoniais aumentativas 0,00 42.820,97

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

**Pessoal e Encargos**

 Remuneração a pessoal 387.884,84 347.202,24

 Encargos patronais 73.550,66 65.626,40

**Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo**

 Uso de material de consumo 13.266,02 55.783,73

 Serviços 48.139,13 54.917,35

**Nota 2016 2015**

**Transferências e delegações concedidas**

 Transferências intragovernamentais 199.364,81 275.693,21

**Outras variações patrimoniais diminutivas**

 Diversas variações patrimoniais diminutivas 126,14 5.727,53

 13.598,40 5.505,04

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

 **Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

 Em 2016, apurou-se um superávit patrimonial de R$­­ 13.598,40 (treze mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

**6.3 – Demonstração da Dívida Fundada Interna**

 Não houve a ocorrência de Dívida Fundada Interna.

**6.4 – Demonstração da Dívida Flutuante**

**Dívida Flutuante – Dezembro de 2016**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conta** | **Saldo do Exercício Anterior** | **Movimento até o Mês** | **Movimento do Mês** | **Saldo Final do Exercício** |
| **Débitos** | **Créditos** | **Débitos** | **Créditos** |
| 2111.1.01.01 | Salários, remunerações e benefícios | 0,00 | 349.447,39 349.447,39 | 41.616,55 41.616,55 | 0,00 |
| 2114.2.01.00 | Contribuição a RPPS |  0,00 |  16.816,77 16.816,77 |  2.890,57 2.890,57 |  0,00 |
| 2114.3.01.01 | Contribuição ao RGPS s/salários |  0,00 |  44.319,20 48.751,12 |  9.524,12 5.092,20  |  0,00 |
| 2131.1.01.01 | Fornecedores não financiados a pagar |  0,00 |  55.198,19 55.323,00 |  3.543,52 3.418,71 |  0,00 |
| 2188.1.99.00 | Outros valores restituíveis |  3.419,11 |  65.943,85 66.915,95 | 11.310,21 7.126,50 |  207,50 |
| 2189.1.02.00 | Diárias a pagar |  0,00 |  10.270,00 10.270,00  |  1.220,00 1.220,00 |  0,00 |
| 2189.1.03.00 | Suprimentos de fundos a pagar |  0,00 |  126,14 126,14 |  0,00 0,00 |  0,00 |
| 6311.0.00.00 | RP não processados a liquidar |  0,00 |  680,00 680,00 |  0,00 0,00 |  0,00 |
| 6317.1.00.00 | RP não processados a liquidar-Insc. |  680,00 |  680,00 0,00 |  0,00 3.903,61 | 3.903,61 |
|  |  TOTAL |  4.099,11 | 543.481,54 548.330,37 | 70.104,97 65.268,14 | 4.111,11 |

 Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses, sendo que todas as obrigações da Câmara de curto prazo como Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar e Consignações, estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

**6.4.1 – Demonstração dos Devedores Diversos**

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS

EXERCÍCIO DE 2016

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | TÍTULOS |  | Saldo |  | Inscrição |  | Restabelecim. |  | Baixa |  | Cancelam. |  | Saldo Final |  |  |
|  |  | Anterior |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Devedores Diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Total Geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |  |  |

 Não há o que demonstrar em Devedores Diversos.

**6.5 – Inventário Geral Analítico**

 Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis e podem ser comprovados através de declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

**6.6 – Análise dos índices das Contas Públicas**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | TÍTULO | 2015 | 2016 |
|  | Disponível em Caixa e Bancos (A) | 772,92 | 4.185,40 |
|  |  |  |  |
|  | Passivo Financeiro (B) | 680,00 | 4.111,11 |
|  | Índice de Liquidez Imediata (A/B) | 1,13 | 1,01 |

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | TÍTULO | 2015 | 2016 |  |
|  |  |
|  | Ativo Financeiro (A) | 772,92 | 4.185,40 |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Passivo Financeiro (B) | 680,00 | 4.111,11 |  |
|  | Índice de Liquidez Corrente (A/B) | 1,13 | 1,01 |  |

INDICE DE LIQUIDEZ REAL

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | TÍTULO | 2015 | 2016 |  |
|  | Ativo Real (A) | 387.118,51 | 397.505,30 |  |
|  |  |  |  |  |
|  | Passivo Real (B) | 4.099,11 | 4.111,11 |  |
|  | Índice de Liquidez Real (A/B) | 94,44 | 96,69 |  |

 Indica que para cada R$ 1,00 (um real) de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2016, a Câmara possuía R$ 96,69 (noventa e seis reais e sessenta e nove centavos) de Ativo Real.

**7 – Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar:**

 Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2016, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 201/2000, totalizando o montante de R$ 3.903,61 (três mil, novecentos e três reais e sessenta e um centavo).

**8** – **Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal:**

**8.1 – Despesa total com pessoal:**

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

EXERCÍCIO DE 2016

TÍTULOS

Receita Corrente Líquida (A)

Gastos com Pessoal do Legislativo (B)

Percentual Total Aplicado pelo Poder Legislativo (B/A)

R$ / %

R$ 14.184.282,15

R$ 461.435,50

 3,25

 A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da Folha de Pagamento.

 De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Poder Legislativo não poderá exceder a **6% (seis por cento)** da Receita Corrente Líquida apurada no período. Demonstram-se, no quadro anterior, os gastos com pessoal realizados pelo Poder Legislativo, os quais respeitaram a legislação, tendo aplicados tão somente 3,25**%** (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).

 Até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, o Poder Legislativo divulgou os valores apurados e foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

**8.2 – Gastos com a Folha de Pagamento:**

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

EXERCÍCIO DE 2016

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Total de recursos recebidos pela Câmara no exercício ( A ) | R$ 735.930,00 |  |
|  |  |  |
| Valor total da folha de pagamento no exercício (excluindo | R$387.884,84 |  |
| encargos patronais e despesas de exercícios anteriores) ( B ) |  |
|  |  |
|  |  |  |
| Percentual aplicado com folha de pagamento da Câmara (B/A) | 52,70% |  |
|  |  |  |
| Percentual máximo permitido | 70% |  |

 O demonstrativo comprova que a Câmara obedeceu ao limite máximo de 70% (setenta por cento) de suas receitas com a Folha de Pagamento, aplicando o percentual de **52,70 %** (cinquenta e dois inteiros e setenta centésimos por cento), não contrariando a Constituição Federal.

**8.3 – Gastos com a remuneração dos Vereadores:**

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

EXERCÍCIO DE 2016

|  |  |
| --- | --- |
| Receita total do município em 2016 (A) |  16.192.382,19 |
|  |  |
| Total da remuneração dos vereadores (B) |  269.366,20 |
|  |  |
| Percentual gasto (B/A \* 100) | 1,66% |
|  |  |
| Limite máximo permitido | 5% |

 O demonstrativo comprova que foi observado o limite máximo de gastos com a remuneração dos vereadores que é de **5% (cinco por cento)** da receita municipal, não contrariando, portanto, o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

**9 – Despesas pagas de Obrigações Patronais:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  MÊS | OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R$) | OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA(R$) | OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS, IPSEMG, ETC.)(R$) | TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS)(R$) |
| JAN | 4.431,92 | 1.549,89 | - | 5.981,81 |
| FEVER | 4.431,92 | 1.307,50 | - | 5.739,42 |
| MAR | 4.431,92 | 1.582,09 | - | 6.014,01 |
| ABR | 4.431,92 | 1.549,89 | - | 5.981,81 |
| MAI | 4.431,92 | 1.549,89 | - |  5.981,81 |
| JUN |  4.431,92 |  1.528,06 |  - |  5.959,98 |
| JUL |  4.431,92 |  1.549,89 |  - |  5.981,81 |
| AGO |  4.431,92 |  1.549,89 |  - |  5.981,81 |
| SET |  4.431,92 |  1.549,89 |  - |  5.981,81 |
| OUT |  4.431,92 |  1.549,89 |  - |  5.981,81 |
| NOV |  4.431,92 |  1.549,89 |  - |  5.981,81 |
| DEZ |  5.092,20 |  2.890,57 |  - |  7.982,77 |
| TOTAL |  53.843,32 |  19.707,34 |  - |  73.550,66 |

**10 – Indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta depósitos, de valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com a avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante:**

 No exercício de 2016 a Câmara Municipal, repassou mensalmente os valores das contribuições devidas ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Japaraíba – FUPRESJA, instituto próprio de previdência, desta forma, não houve inscrição de restos a pagar ao Instituto próprio de previdência.

**11 – Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário:**

 No exercício de 2016, não ocorreram atos e/ou ações que provocaram danos ao erário.

**12 – Houve o cumprimento da parte da Câmara Municipal dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Município (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.**

 **Assim também os balancetes mensais foram encaminhados por meio do SICOM ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme determina a Instrução Normativa 04/2016.....**

**13 – Declaração de que foi verificada e comprovada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial:**

 **DECLARAÇÃO**

 Eu, **JOSÉ GERALDO RIOS**, Controlador Interno da Câmara Municipal de Japaraíba, **DECLARO** que foi verificada e comprovada a legalidade de todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Japaraíba, no exercício financeiro de 2016.

 Câmara Municipal de Japaraíba, em 28 de março de 2017.

**JOSÉ GERALDO RIOS**

**CPF 397.399.026-34 e OAB/MG 157.003**

**Controlador Interno**

**14 – Conclusão:**

 O processo de Prestação de contas foi examinado pelo Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa 04/2016 e a Decisão Normativa nº 007/2014, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, assim como as NBCASP NBCT 16.8; e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

 Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações expedidas por esta Controladoria Interna foram objeto de ações com vista ao cumprimento das mesmas.

 Conclui-se que as demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Câmara em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

 Japaraíba, 28 de março de 2017.

**JOSÉ GERALDO RIOS**

**CPF 397.399.026-34 – OAB-MG 157.003**

**Controlador Interno**